

AUGUSTO ARAS

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

EFETIVIDADE E APLICABILIDADE

2ª edição

Obra atualizada, revista e ampliada por
EZIKELLY BARROS


GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2021

1ª edição – 2016

2ª edição – 2021

© Copyright
Augusto Aras

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Conselho Editorial

- Álvaro Mayrink • André Brandão Nery Costa • Araken de Assis
- Arnaldo Rizzardo • Arruda Alvim • Cláudio Brandão • Florisbal de Souza Del' Olmo
- Geraldo Magela Alves • Mathias Coltro • Nelson Nery Costa
- Sylvio Capanema de Souza (in memoriam) • Tânia da Silva Pereira

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A685f

Aras, Augusto

Fidelidade partidária: efetividade e aplicabilidade / Augusto Aras. obra atualizada, revista e ampliada por Ezikelly Barros. - 2. ed., atual. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: GZ, 2021.

698 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-029-1

1. Direito eleitoral - Brasil. 2. Partidos políticos - Brasil - História. 3. Disciplina partidária - Brasil. 4. Partidos políticos - Legislação - Brasil. I. Barros, Ezikelly. II. Título.

21-71094

CDU: 342.8(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/1998).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202 – 2º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20010-170
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

SUMÁRIO

<i>Nota do Autor</i>	VII
<i>Agradecimentos</i>	IX
<i>Prefácio da primeira edição</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XIII

Introdução	1
------------------	---

Capítulo I A Democracia Participativa

1. Introdução.....	5
2. Da Grécia à Democracia Participativa	10
2.1. Democracia na Grécia.....	10
2.2. Democracia em Roma	12
2.3. Democracia Moderna	13
2.4. Democracia Participativa.....	17
3. Graus de “Participação”	18
4. Participação: Democracia Direta, Democracia Representativa e Democracia Semidireta	19
5. Democracia Participativa e a Constituição Federal de 1988	22
6. O Papel da Mídia na Democracia Participativa.....	26
7. A Democracia e a Proteção aos Direitos Humanos à Luz da Constituição Federal de 1988.....	30
8. Democracia Participativa, Cidadania e Educação	33
9. Crítica: Democracia Participativa como Mecanismo de Reação ao Neoliberalismo	36
10. Vanguarda da Democracia: Orçamento Participativo	37
11. Realidade da Democracia Representativa no Brasil	39
12. Legitimidade Material e Formal (Legalidade)	42

Capítulo II Representação Política

1. A Inviabilidade da Democracia Direta e o Surgimento do Regime Representativo	49
2. Representação Política.....	51
2.1. Origem e Conceito	51
2.2. O Ancien Régime e o Mandato Imperativo.....	56

2.3. O Estado Liberal e o Mandato Representativo	61
3. A Representação Política no Pós-Liberalismo: Mandato Imperativo Partidário	67
4. A Natureza da Representação e o Mandato Eleitoral	71
5. A Responsabilidade Política Decorrente do Mandato	74
6. Representação e Partidos Políticos	76
7. Representação Realista. Mandato Representativo Partidário. Um novo Modelo Adequado à Pós-Modernidade	79
A Representação e o Mandato Político no Estado Contemporâneo	80
Da Democracia de Partidos.....	82
Possíveis Deturpações da Democracia de Partidos.....	83
Da Imprescindibilidade da Democracia de Partidos	87
Uma Representação Política Realista	88
Um Novo Modelo de Representação Política Adequado à Pós-Modernidade.....	90

Capítulo III

Sistemas Eleitorais e Partidários

1. Considerações iniciais.....	95
2. Direitos Políticos Positivos	97
3. Direito de Sufrágio.....	99
3.1. O Sufrágio	100
3.2. O Voto e o Escrutínio	101
4. Eleição.....	103
5. Sistemas Eleitorais	105
6. O Sistema Majoritário.....	107
7. Sistema Proporcional	112
8. O Sistema Misto.....	122
9. Sistemas Eleitorais: Perspectivas.....	126
10. A Fidelidade Partidária como Instituto Capaz de Amenizar as Distorções dos Sistemas Eleitorais.....	129
11. Sistemas Partidários	131

Capítulo IV

Partidos Políticos

1. Conceito	135
2. Função	141
3. Classificação	142

4. Garantias Constitucionais dos Direitos de Reunião e de Associação.....	145
5. Os Vínculos Psicológico, Sociológico e a Unidade dos Partidos Políticos.....	147
6. A Filiação e a Desfiliação Partidária.....	150
7. A Autonomia dos Partidos Políticos	153
7.1. Autonomia, Matéria <i>Interna Corporis</i> e Discricionariedade Partidária.....	162
7.2. Autonomia, Fidelidade, Disciplina e Aplicação de Sanções Partidárias	166
7.3. Autonomia Partidária e Processo Disciplinar.....	169
8. O Controle Jurisdicional dos Atos Partidários.....	171
8.1. A Motivação das Decisões Partidárias	176

Capítulo V

Aspectos Gerais da Fidelidade Partidária

1. Introdução	180
2. Cidadania, Verdade Eleitoral e Fidelidade Partidária	181
2.1. Cidadania: Quem Pode ser Eleitor e Quem Pode ser Candidato?....	181
2.2. Verdade Eleitoral.....	186
3. Fidelidade Partidária.....	191
3.1. Abandono do Partido e Descumprimento de Diretrizes Partidárias....	191
3.2. Descumprimento das Diretrizes Estabelecidas pelos Órgãos Partidários	194
3.3. A Infidelidade Partidária no Brasil.....	197
4. Breve Histórico sobre os Partidos Políticos no Brasil.....	210
4.1. Caráter Abstrato da Representação no Brasil	214
4.2. Distorções do Sistema Representativo	222
4.3. Alianças Partidárias e Verticalização das Coligações	228
5. A Fidelidade nos Estatutos Partidários	239
5.1. Partidos Políticos Registrados no Tribunal Superior Eleitoral	242
5.1.1. Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	244
5.1.2. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).....	245
5.1.3. Partido Democrático Trabalhista (PDT)	247
5.1.4. Partido dos Trabalhadores (PT).....	248
5.1.5. Democratas (DEM).....	249
5.1.6. Partido Comunista do Brasil (PCdoB).....	250
5.1.7. Partido Socialista Brasileiro (PSB)	251
5.1.8. Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).....	252
5.1.9. Partido Trabalhista Cristão (PTC)	253

5.1.10. Partido Social Cristão (PSC).....	254
5.1.11. Partido da Mobilização Nacional (PMN).....	254
5.1.12. Cidadania (CIDADANIA).....	255
5.1.13. Partido Verde (PV).....	256
5.1.14. Avante (AVANTE).....	257
5.1.15. Progressistas (PP).....	258
5.1.16. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).....	259
5.1.17. Partido Comunista Brasileiro (PCB).....	260
5.1.18. Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).....	261
5.1.19. Democrata Cristão (DC).....	262
5.1.20. Partido da Causa Operária (PCO).....	262
5.1.21. Podemos (PODE).....	262
5.1.22. Partido Social Liberal (PSL).....	264
5.1.23. Republicanos (REPUBLICANOS).....	266
5.1.24. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).....	267
5.1.25. Partido Liberal (PL).....	268
5.1.26. Partido Social Democrático (PSD).....	269
5.1.27. Patriota (PATRI).....	270
5.1.28. Partido Republicano da Ordem Social (PROS).....	271
5.1.29. Solidariedade (SD).....	272
5.1.30. Partido Novo (NOVO).....	273
5.1.31. Rede Sustentabilidade (REDE).....	274
5.1.32. Partido da Mulher Brasileira (PMB).....	276
5.1.33. Unidade Popular (UP).....	277
6. A Fidelidade Partidária no Brasil e em Outros Países.....	279
6.1. Estados Unidos e Inglaterra.....	279
6.2. Alemanha e França.....	283
6.3. Brasil.....	285
7. Outras Considerações.....	289

Capítulo VI

Fidelidade Partidária e a Perda do Cargo ou Mandato no Brasil

1. Apresentação.....	297
2. Migração Partidária e Distorção do Sistema Representativo.....	302
3. Sistema de Proteção Partidária.....	308
3.1. Fidelidade Partidária e o Princípio Republicano.....	309
3.2. Fidelidade Partidária e o Princípio Federativo.....	317
4. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucional e Estatutária.....	330

5. Fidelidade Partidária: Perda do Cargo ou Mandato Eletivo.....	341
5.1. Quem é o titular? O Representante Eleito ou o Partido Político?	341
5.1.1. Evolução do Mandato Político	341
5.1.2. O Estado de Partidos Parcial e a Superação do Mandato Representativo	345
5.1.3. Um Novo Modelo Adequado à Pós-modernidade. O Mandato Representativo Partidário	347
5.1.4. Realidade Constitucional Brasileira, Estado de Partidos Parcial, Mandato Representativo Partidário e Fidelidade Partidária	359
5.1.5. Inaplicabilidade da art. 15 da CF à Fidelidade Partidária	371
5.1.6. Inaplicabilidade dos arts. 45 e 46 da CF à Fidelidade Partidária	372
5.1.7. Inaplicabilidade do art. 55 da CF à Fidelidade Partidária	374
5.1.7.1. Sistemas de Proteção ou de Controle Institucionais ...	378
5.1.7.1.1. Distinção entre Atividade Partidária e Atividade Parlamentar	379
5.1.8. Da filiação partidária: condição/requisito de elegibilidade...	383
5.1.9. Interpretação Constitucional da Fidelidade Partidária.....	391
5.1.10. Da Validade da Norma Estatutária: Da Perda do Cargo ou Mandato Eletivo por Ato de Infidelidade Partidária	400
6. Anexo	406

Capítulo VII

Da efetividade do Princípio da Fidelidade Partidária

1. Da Efetividade do Princípio da Fidelidade Partidária: Da Perda do Cargo ou Mandato Eletivo	411
2. Da Adoção do Mandato Representativo Partidário	415
3. Eleições Proporcionais: Aspectos Relevantes dos Julgados nos <i>Writs</i> ...	417
4. Eleições Majoritárias, Fidelidade Partidária e a Perda de Cargo Eletivo	422
5. A Substituição ou Sucessão na Hipótese de Vacância do Cargo ou Mandato Eletivo por Ato de Infidelidade Partidária.....	430
5.1. Eleições Proporcionais: Suplente do Partido ou da Coligação?.....	431
5.2. Eleições Majoritárias.....	444
6. Extensão da Perda do Cargo ou Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária.....	449

Capítulo VIII

Da Ditadura Intrapartidária

1. Ditadura Intrapartidária	453
1.1. Institucionalização dos conflitos	453
1.2. Importância dos partidos políticos	456
1.3. O Brasil é um Estado parcial de partidos	457
2. Fidelidade partidária	458
2.1. A efetividade do princípio da fidelidade partidária	458
2.2. O novel mandato representativo partidário	458
3. Ditadura intrapartidária e meios de superação	461
3.1. Imunização contra a ditadura (intra) partidária (partidocracia)	461
3.1.1. O fenômeno da ditadura intrapartidária no Brasil	464
3.2. Da necessidade de superação da ditadura intrapartidária	465
3.2.1. Meios jurídicos de superação da ditadura intrapartidária	467
3.2.1.1. Matérias de legalidade passíveis de apreciação judicial	469
3.2.1.2. Dos princípios democráticos	470
3.2.1.2.1. Práticas partidárias ditatoriais: formais e materiais	471
3.2.1.3. Do princípio republicano	477
3.2.1.3.1. Práticas antirrepublicanas	478
3.2.1.4. Dos princípios federativo, da autonomia e da não intervenção	480
3.2.1.4.1. Práticas que violam o modelo federativo, a autonomia das instâncias partidárias e o princípio da não intervenção	482
3.2.1.5. Do princípio da legalidade estrita e da justa causa	486
3.2.1.6. Das garantias constitucionais processuais	491
3.2.2. Dos meios políticos de superação da ditadura intrapartidária	494
4. Da aplicabilidade e limites da fidelidade partidária	503
4.1. Sistemas institucionais de proteção ou de controles políticos	505
4.2. Atos partidários e atos legislativos: distinção	505
4.3. Atos legislativos imunes à fidelidade partidária	506
5. Da necessidade de um processo eleitoral específico para a perda do mandato ou cargo eletivo por ato de infidelidade partidária	508

Capítulo IX

Das Justas Causas Para a Extinção do Vínculo Partidário

1. Legislação de regência	513
2. Das Justas Causas para a desfiliação partidária.....	518
2.1. Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário	523
2.1.1. Mudança substancial	526
2.1.2. Do Desvio Reiterado do Programa Partidário	529
2.2. Grave discriminação política pessoal.....	535
2.3. Da Janela Partidária	542
2.4. Cláusula de desempenho ou de barreira	543
2.5. Incorporação ou Fusão e a Criação de Novo Partido.....	548
2.5.1. Incorporação ou fusão de partido	549
2.5.2. Criação de novo partido	552

Capítulo X

Das Ações da Fidelidade Partidária e do Mandado de Segurança

1. Da Jurisdição e Competência.....	557
1.1. Jurisdição e competência eleitoral à luz da Constituição Federal de 1988	559
1.2. Da Competência da Justiça Eleitoral.....	565
1.2.1. O processo eleitoral como critério para atrair a jurisdição eleitoral	566
1.2.2. Da competência para julgar as ações da fidelidade partidária	573
2. Das Ações da Fidelidade Partidária.....	580
2.1. Condições da Ação.....	580
2.2. Pressupostos processuais: subjetivos e objetivos	582
2.3. Da Natureza jurídica das Ações da Fidelidade Partidária	584
2.4. Da Ação de Decretação da Perda do Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária	587
2.4.1. Da legitimidade das partes	589
2.4.1.1. Da legitimidade ativa sucessiva e da concorrente	589
2.4.1.2. Da legitimidade passiva e do litisconsórcio .	597
2.4.2. Interesse processual	605
2.4.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	607
2.4.4. Decadência	610
2.5. Da Ação de Justificação da Desfiliação Partidária.....	616
2.5.1. Da Legitimidade ativa e do litisconsórcio.....	618
2.5.2. Da Legitimidade passiva e do litisconsórcio.....	619

2.5.3. Do Interesse processual	619
2.5.4. Da Decadência.....	621
2.6. Da tutela de urgência e de evidência.....	623
2.7. Da instrução e do julgamento.....	624
2.8. Da Sentença e sua eficácia.....	626
2.9. Dos Recursos.....	627
3. Do Mandado de Segurança para apreciar atos partidários	631
3.1. Da Competência da Justiça Eleitoral	631
3.2. Do Cabimento do Mandado de Segurança	635
Capítulo XI	
Conclusões	
.....	637
Referências Bibliográficas.....	655